



“Globalização exige mais investimentos para a educação”

Fátima Laranjeira
de São Paulo

Investir fortemente em educação da força de trabalho, em infra-estrutura de telecomunicações e numa maior flexibilidade da economia. Esses são os principais fatores em que os governos devem apostar para garantir o espaço de suas economias no mercado global, segundo o economista norte-americano Lester Thurow, autor do livro “O Futuro do Capitalismo”, entre outros. “Cingapura, Coréia e Taiwan estão no topo dos que mais gastaram e são os mais rigorosos em cobrar metas de seus sistemas educacionais”, lembrou ele, ontem, no encerramento da Conferência Internacional para Integração e Desenvolvimento da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Thurow lembrou ainda que a riqueza não está mais nos recursos naturais – cujos preços tendem a cair –, mas nos recursos humanos e na tecnologia, daí a maior necessidade de ampliar os investimentos em educação. “Não é a toa que o homem mais rico do mundo é o Bill Gates e não mais os senhores do petróleo”, lembrou.

“A flexibilidade da legislação trabalhista, que tantos pedem, é importante mas não essencial”, disse.

A flexibilidade da economia, onde as pequenas empresas têm condições de criar mais empregos e crescer, através da regulamentação “correta” de impostos, é, segundo ele, mais eficaz para o mercado.

Isso envolve a taxação do consumo, e não a da produção, e a não-incidência de impostos sobre a folha de pagamento, entre outros itens. “As leis trabalhistas precisam permitir o trabalho em três turnos, durante 24 horas em 365 dias por ano, mas o País precisa ter uma flexibilidade de nível mundial para competir no novo mercado.”

Para o economista Roberto Campos, a crítica de Thurow ao “curto-termismo” dos empresários não se aplica ao caso brasileiro: “No Brasil, os empresários planejam a longo prazo e os governos só sobrevivem no rodízio dos gabinetes, pensando apenas no curto prazo”, criticou.

O Brasil precisa sim de uma maior flexibilidade das leis trabalhistas, defendeu Campos. Segundo ele, a abertura da economia – ainda incipiente, pois a soma das importações e exportações equivale a apenas 15% do Produto Interno Bruto (PIB) – expôs o País à concorrência internacional num grau muito elevado de desvantagem que precisa ser rompido.